

## Apropriação do bem empenhado no penhor mercantil

**Entrou em vigor, no passado dia 1 de Julho, o Decreto-Lei n.º 75/2017, de 26 de Junho que veio consagrar expressamente a faculdade de o credor pignoratício se apropriar do bem objecto de penhor mercantil, mas com a obrigação de restituição do excesso, relativamente ao valor em dívida.**

Este diploma foi aprovado no âmbito do Programa Capitalizar – um programa estratégico de apoio à capitalização das empresas, à retoma do investimento e ao relançamento da economia –, visando colocar à disposição do comerciante uma garantia com um processo de execução mais expedito e, como tal, mais interessante para os credores.

Ao consagrar expressamente a aplicação do chamado “pacto marciano” – amplamente aceite pela doutrina – ao penhor prestado por comerciante e que vise garantir obrigações comerciais, este novo regime passa a permitir às partes acordar que, em caso de incumprimento, o credor pignoratício goza do direito de apropriação do bem empenhado pelo valor que resulte de avaliação realizada após o vencimento da obrigação, desde que:

- (a) O respectivo contrato seja celebrado por documento escrito com reconhecimento presencial de assinaturas;
- (b) Sobre o bem a empenhar não incida penhor de grau superior; e
- (c) O contrato de constituição do penhor estabeleça o modo e critérios de avaliação.

Exercido o direito de apropriação, o credor pignoratício fica obrigado a restituir ao prestador da garantia a diferença entre o valor do bem empenhado e o montante da obrigação garantida.



Rua General Firmino Miguel nº3 Torre 2 - 12º // 1600-100 Lisboa Portugal  
Tel: +351 21 723 40 00 // Fax: +351 21 723 40 29 // [slcm@slcm.pt](mailto:slcm@slcm.pt) // [www.slcm.pt](http://www.slcm.pt)

Serra Lopes, Cortes Martins & Associados Sociedade de Advogados, RL // Ins. Ordem dos Advogados nº 18/89

### Áreas de Actividade

Direito Comercial e Societário // Fusões & Aquisições // Private Equity // Direito Bancário e Financeiro // Mercado de Capitais // Direito Fiscal e Contencioso Tributário // Direito Laboral // Direito Comunitário e da Concorrência // Direito da Propriedade Intelectual, Publicidade e Consumo // Media, Telecomunicações e Tecnologias de Informação // Direito Marítimo e Aéreo // Direito Administrativo, Contratação Pública, Parcerias Público-Privadas // Planeamento e Urbanismo // Imobiliário e Construção // Energia e Ambiente // Contencioso, Arbitragem e Mediação



Por último cumpre notar que, de acordo com o preâmbulo do diploma, este regime não colocará em causa a validade nem a executoriedade de convenções que tenham sido estabelecidas em momento anterior à entrada em vigor daquele diploma, convenções essas que continuarão a ser reconhecidas nos termos legais e contratuais aplicáveis.

Ana Guedes Teixeira  
Carolina Martins Correia

**Contactos:**

agt@slcm.pt  
cmc@slcm.pt

**slcm.pt**

Rua General Firmino Miguel nº3 Torre 2 - 12º // 1600-100 Lisboa Portugal  
Tel: +351 21 723 40 00 // Fax: +351 21 723 40 29 // slcm@slcm.pt // **www.slcm.pt**

Serra Lopes, Cortes Martins & Associados Sociedade de Advogados, RL // Ins. Ordem dos Advogados nº 18/89

**Áreas de Actividade**

Direito Comercial e Societário // Fusões & Aquisições // Private Equity // Direito Bancário e Financeiro // Mercado de Capitais // Direito Fiscal e Contencioso Tributário // Direito Laboral // Direito Comunitário e da Concorrência // Direito da Propriedade Intelectual, Publicidade e Consumo // Media, Telecomunicações e Tecnologias de Informação // Direito Marítimo e Aéreo // Direito Administrativo, Contratação Pública, Parcerias Público-Privadas // Planeamento e Urbanismo // Imobiliário e Construção // Energia e Ambiente // Contencioso, Arbitragem e Mediação